VIVER PREVIDÊNCIA

CNPJ: 33.767.492/0001-02

CARTA PATENTE SUSEP Nº. 093

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Entidade coloca à disposição de V.Sas. para apreciação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. **DESEMPENHO FINANCEIRO-** A liquidez em relação ao Capital de Risco é de 78%, superando o mínimo estabelecido pela SUSEP de 20%. A suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado de R$ 37 milhões em relação ao Capital Mínimo Requerido é de 358%. O Superávit do exercício foi de R$ 591 mil, afetado pelas contabilizações mencionadas na Nota 24 – Fato Relevante, mas o Resultado Abrangente do Exercício foi de R$ 3 milhões. **POLÍTICA DE REINVESTIMENTO -** A Entidade continuará a reinvestir parte do superávit acumulado de exercícios anteriores nos mercados de renda fixa, oferecidos por instituições financeiras que possuem muito boa qualidade financeira, bem como na realização de projetos de expansão de vendas. **NEGÓCIOS SOCIAIS -** Em relação aos negócios sociais, os mesmos se constituíram principalmente na operação de planos de previdência complementar voltados para atender todas as classes sociais. **DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA -** Em atenção à Circular SUSEP n° 517/2015, declaramos que a Entidade possui capacidade financeira compatível com as suas operações. **PLANO DE NEGÓCIOS -** Para o triênio de 2019 a 2021, aproveitando a perspectiva de crescimento do Mercado de Previdência Complementar e da própria Viver, destacando 53% de aumento na arrecadação com planos de previdência nos últimos 6 anos, a Viver fará novas parcerias e novos convênios, visando sua estratégia de crescer solidamente em nichos de mercado não disputados por grandes instituições, atingindo principalmente as classes C e D. A Administração espera também ter um forte incremento em assistência financeira a seus participantes, reforçando a capacidade da Viver Previdência dentro do cenário de forte competição, para buscar, nesse e nos próximos anos, o incremento de seus negócios. Objetivando a redução do risco, será estudada a securitização de parte da carteira de Assistência Financeira. Com os indícios de melhora na economia, a Administração espera alienar os imóveis com maior velocidade, nesse e nos próximos anos. O departamento atuarial da Viver está elaborando um estudo de revisão das provisões, cujos trabalhos preliminares apontam uma redução no valor da Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR). Faz parte do planejamento estratégico da Entidade o crescimento de sua base de participantes e sua transformação de sociedade civil, sem fins lucrativos, para sociedade anônima, através do aumento de capital obtido junto aos parceiros investidores e/ou aquisição de sociedade anônima. **CONSIDERAÇÕES FINAIS -** Afirmamos nossa crença no comportamento ético, respeitando as Leis e Diretrizes que norteiam nossa atividade, que são os balizadores de nossa atuação na Administração da Viver. Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em Reais)

ATIVO	Notas	Exercício findo em 31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		27.406.689,08	26.784.336,08
Disponível		1.250.133,20	347.003,67
Caixa e Bancos		1.250.133,20	347.003,67
Aplicações	4	4.938.550,79	4.506.443,80
Créditos das Operações com Previdência Complementar	9	742.880,08	635.717,42
Valores a Receber		742.880,08	635.717,42
Títulos e Créditos a Receber		6.317.191,05	5.162.511,44
Títulos e Créditos a Receber	10	1.638.112,63	865.715,36
Créditos Tributários e Previdenciários		171,45	239,55
Assistência Financeira a Participantes	12	4.620.213,15	3.991.886,94
Outros Créditos	13	58.693,82	304.669,59
Outros Valores e Bens		14.128.221,44	16.100.952,80
Bens à Venda	14	14.128.221,44	16.100.952,80
Despesas Antecipadas		29.712,52	31.706,95
ATIVO NÃO CIRCULANTE		22.005.001,46	19.599.322,13
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		16.877.532,76	17.521.459,23
Aplicações	4	7.075.308,12	7.911.454,44
Títulos e Créditos a Receber		9.766.206,17	9.573.986,32
Títulos e Créditos a Receber	10	2.425.010,65	2.396.704,42
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	400.631,27	127.190,72
Assistência Financeira a Participantes	12	6.715.520,37	6.815.790,82
Outros Créditos Operacionais	13	225.043,88	234.300,36
Empréstimos e Depósitos Compulsórios		36.018,47	36.018,47
Investimentos	15	3.224.545,24	53.545,24
Imóveis Destinados à Renda		3.224.545,24	53.545,24
Imobilizado	16	1.217.460,93	1.270.121,76
Imóveis de Uso Próprio		1.147.980,50	1.171.685,78
Bens Móveis		69.480,43	98.435,98
Intangível	17	685.462,53	754.195,90
Outros Intangíveis		685.462,53	754.195,90
TOTAL DO ATIVO		49.411.690,54	46.383.658,21

PASSIVO	Notas	Exercício findo em 31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		4.005.540,80	4.659.745,58
Contas a Pagar		863.004,81	522.566,78
Obrigações a Pagar	18	645.320,41	311.415,05
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		61.844,00	49.525,66
Encargos Trabalhistas		90.951,83	87.214,01
Impostos e Contribuições		64.888,57	74.412,06
Débitos de Operações com Previdência Complementar		18.670,48	14.916,03
Outros Débitos Operacionais		18.670,48	14.916,03
Depósitos de Terceiros	19	984.686,65	714.163,20
Provisões Técnicas-Previdência Complementar	20	2.139.178,86	3.408.099,57
Planos Bloqueados		78.510,67	96.629,81
Planos não Bloqueados		2.060.668,19	3.311.469,76
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		12.369.410,32	11.615.683,62
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	20	6.761.218,92	6.137.238,44
Planos Bloqueados		564.534,80	578.057,44
Planos não Bloqueados		6.196.684,12	5.559.181,00
Outros Débitos	21	5.608.191,40	5.478.445,18
Provisões Judiciais		5.608.191,40	5.478.445,18
PATRIMÔNIO SOCIAL DE EAPC S/FINS LUCRATIVOS	22	33.036.739,42	30.108.229,01
Reservas Patrimoniais		19.847.942,27	19.847.942,27
Reservas de Retenção de Superávits		1.734.023,25	1.560.660,72
Ajustes de Avaliação Patrimonial	15	2.337.628,12	(247,07)
Superávits Acumulados		9.117.145,78	8.699.873,09
TOTAL DO PASSIVO		49.411.690,54	46.383.658,21

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Valores expressos em Reais)

	Nota	Exercício findo em 31.12.2018	31.12.2017
Rendas de Contribuições e Prêmios		9.748,10	12.392,59
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		770.002,70	34.594,51
Receitas de Contribuições e Prêmios		779.750,80	46.987,10
Variação de Outras Provisões Técnicas		(115.379,78)	(30.733,27)
Benefícios Retidos	23	(981.581,63)	(523.391,46)
Custos de Aquisição	23	(194.936,02)	(168.907,45)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	23	(199.141,30)	(181.599,53)
Contribuições para Cobertura de Riscos		3.146.912,67	2.890.948,40
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		993.258,35	29.313,23
Prêmios Ganhos		4.140.171,02	2.920.261,63
Sinistros Ocorridos	23	(434.995,37)	(194.430,62)
Custos de Aquisição	23	(261.350,68)	(197.589,35)
Despesas Administrativas	23	(3.243.370,71)	(2.980.984,70)
Despesas com Tributos	23	(587.000,27)	(459.748,22)
Resultado Financeiro	23	2.188.500,30	4.180.494,44
Resultado Patrimonial		(500.031,14)	(8.440,40)
Resultado Operacional		590.635,22	2.401.918,17
Superávit do Exercício		590.635,22	2.401.918,17

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Valores expressos em Reais)

	Exercício findo em 31.12.2018	31.12.2017
Resultado Líquido do Exercício	590.635,22	2.401.918,17
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	298,31	(247,07)
Ajuste ao valor justo de propriedades para investimento	2.337.576,88	-
Total Resultado Abrangente do Exercício	2.928.510,41	2.401.671,10

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
(Valores expressos em Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exercício findo em 31.12.2018	31.12.2017
Superávit Líquido do Exercício	590.635,22	2.401.918,17
Ajustes para:		
Depreciação e Amortizações	381.559,82	411.906,59
Variação no Valor Justo de Propriedades para Investimento	(126.000,00)	-
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos Financeiros	404.039,33	(1.046.535,31)
Créditos das Operações de Previdência Complementar	(107.162,66)	92.825,99
Créditos Fiscais e Previdenciários	68,10	26.267,97
Depósitos Judiciais e Fiscais	(273.440,55)	47.935,04
Despesas Antecipadas	1.994,43	(4.270,57)
Outros Ativos	899.204,35	(1.991.907,56)
Impostos e Contribuições	(9.523,49)	54.822,58
Débitos das Operações com Previdência Complementar	3.754,45	536,40
Depósitos de Terceiros	270.523,45	(121.687,42)
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	(644.940,23)	(42.900,08)
Provisões Judiciais	129.746,22	50.913,18
Outros Passivos	349.961,52	5.348,26
Valor Justo Ativos Financeiros	298,31	(247,07)
Valor Justo Propriedades para Investimento	2.337.576,88	-
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	4.208.295,15	(115.073,83)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	4.208.295,15	(115.073,83)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela Compra:		
Investimentos	(3.045.000,00)	-
Imobilizado	(3.148,95)	(36.911,99)
Intangível	(257.016,67)	(239.241,74)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(3.305.165,62)	(276.153,73)
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	903.129,53	(391.227,56)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	347.003,67	738.231,23
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	1.250.133,20	347.003,67

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS (Valores expressos em Reais)

Discriminação	Reservas de Patrimoniais	Reservas de Retenção de Superávits	Ajustes TVM / Avaliação Patrimonial	Superávits ou Déficits Acumulados	Total
Saldos anteriores em 31 de dezembro de 2016	19.847.942,27	1.277.943,12	-	6.580.672,52	27.706.557,91
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	(247,07)	-	(247,07)
Superávit do Exercício	-	-	-	2.401.918,17	2.401.918,17
Proposta para Destinação do Superávit					
Reservas para Contingências de Benefícios	-	282.717,60	-	(282.717,60)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2017	19.847.942,27	1.560.660,72	(247,07)	8.699.873,09	30.108.229,01
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	298,31	-	298,31
Ajustes de Avaliação ao Valor Justo de Propriedades para Investimento	-	-	2.337.576,88	-	2.337.576,88
Superávit do Exercício	-	-	-	590.635,22	590.635,22
Proposta para Destinação do Superávit					
Reservas para Contingências de Benefícios	-	173.362,53	-	(173.362,53)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2018	19.847.942,27	1.734.023,25	2.337.628,12	9.117.145,78	33.036.739,42

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - Viver Previdência, Entidade Aberta de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A sua gestão é exercida pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Entidade, compostos por conselheiros eleitos, oriundos do quadro de participantes da Entidade. **a) Ramos de Atuação -** Tem como objetivo operacional a instituição, operação e manutenção de planos previdenciários nas modalidades de pecúlio e renda. Além disso, a Entidade atua com um Programa de Assistência Financeira aos seus Participantes. **b) Regiões do País em que opera -** Atuação em todo território nacional, conforme autorização concedida pela SUSEP. **2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO -** Foram elaboradas, conforme a Circular SUSEP nº 517/2015, observadas as alterações nas normas contábeis. Elaboradas também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo CNSP e incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPCs, aprovados pela SUSEP. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 está sendo apresentado comparativamente aos valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, assim como as demonstrações do resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as quais tiveram, quando aplicável, suas rubricas reclassificadas para fins de comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício atual. A Diretoria Executiva, mediante reunião realizada em 08/02/2019, autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2018. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a. Apuração do Resultado** - apurado segundo o Regime de Competência pelo reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, no resultado do período em que ocorreram. **b. Aplicações** - A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias (Nota 4): **1) Mantidos até o Vencimento:** Ativos não passíveis de negociação e registrados pelo valor de aquisição acrescidos dos rendimentos, reconhecidos no resultado do período; **2) Disponíveis para Venda**: Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo valor justo. Os ganhos e as perdas não realizados são reconhecidos em Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. Os rendimentos são reconhecidos em Resultado Financeiro, na Demonstração do Resultado; **3) Determinação do Valor Justo:** O valor unitário da quota do fundo de investimento é determinado pela instituição financeira e considera a valorização dos títulos públicos que compõem a carteira pelo valor de mercado. Para os títulos privados cuja rentabilidade é estabelecida tendo como base as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI) ou por taxas prefixadas, consideram-se as características do resgate, que podem ser com ou sem liquidez e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o valor justo; **c. Créditos das Operações – Valores a Receber - Previdência Complementar** – contribuições reconhecidas pela emissão e/ou vigência do risco, o que ocorrer primeiro (Nota 9); **d. Títulos e Créditos a Receber** - **1) Títulos e Créditos a Receber – Créditos a Receber** - demonstrados pelo valor principal acrescido do ganho pela competência em períodos futuros, que estão demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 10); **2) Assistência Financeira a Participantes** - demonstradas pelo valor principal acrescido dos juros pré-fixados de competência de períodos futuros, demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 12); **e. Investimentos** - representados por terrenos e edificações destinados à renda e/ou valorização do capital (propriedades para investimento), antes avaliados pelo método de custo histórico e agora pelo valor justo com base em preços de mercado, exceto quando não for possível mensurar com confiabilidade. A diferença positiva entre o valor do custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, quando aplicável, e, o seu valor justo foi creditada diretamente no patrimônio social, em ajustes de avaliação patrimonial. As variações no valor justo, após o reconhecimento inicial, são contabilizadas como ganho ou perda no resultado do exercício (Nota 15); **f. Imobilizado** - corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas e reconhecidas mensalmente pelo método linear às taxas anuais de: Imóveis - Edificações 2%; Equipamentos 20%; Móveis, Máquinas e Utensílios 10%; Veículos 20%; e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável (Nota 16); **g. Intangíveis** – referem-se aos gastos com licenças de uso, implantações e desenvolvimentos de sistemas operacionais, cuja amortização se dará linearmente à taxa anual de 20% (Nota 17); **h. Redução ao Valor Recuperável ("Impairment")** - conforme definido no CPC 01, a redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização, a saber: **1. Valores a Receber**– a redução ao valor recuperável é representada pelas parcelas mensais de contribuições de planos de previdência emitidas, mas não recebidas há mais de sessenta dias (Nota 9); **2. Títulos e Créditos a Receber – Direitos Resultantes da Venda de Imóveis** – a estimativa contábil para a redução é baseada em estudo técnico, considerando o histórico de perdas, os riscos de inadimplência e o resultado negativo entre o valor recebido e as receitas apropriadas (Nota 10)**; 3. Assistência Financeira à Participantes** - com base em levantamento dos contratos, que apresentem atraso superior há sessenta dias, considerados integralmente vencidos, descontadas as receitas a apropriar, em observância à Circular SUSEP nº 517/2015 (Nota 12); **i. Provisões Técnicas** - constituídas de acordo com as Notas Técnicas Atuariais e em consonância com as determinações e critérios estabelecidos na Circular SUSEP Nº 517/2015 e suas alterações (Nota 20): **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC e Benefícios a Conceder – PMBAC** foram constituídas de acordo com as bases técnicas definidas nas notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, com o intuito de fazer frente aos compromissos da Entidade com as Rendas, Pensões e Pecúlios revertidos em Renda baseados no Regime financeiro de Capitalização; **Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG** foi calculada de forma pro rata die, em função dos prêmios comerciais emitidos, desconsiderado os custos de aquisição diretamente relacionados ao valor da contribuição e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE); **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR,** para os planos de capitalização foram constituídas através dos percentuais determinado pelo Órgão fiscalizador. Para os planos de Pensão no regime financeiro de Capitais de Cobertura e Pecúlios em Repartições simples o valor apurado foi obtido em função da Nota Técnica Atuarial apresentada na avaliação de 31/12/2013; **Provisão Para Despesas Relacionadas – PDR** foi calculada para cobrir as despesas administrativas dos planos, bem como as custas judiciais; **Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL** foi determinada pelo saldo corrente de suas obrigações de forma integral e atualizada, de acordo com os índices de correção e juros determinados no Regulamento e Nota Técnica do plano contratado e abrange os valores de pecúlios e renda não pagas, inclusive os valores das causas judiciais em Lide; **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar – PVR** abrange os resgates e as devoluções das contribuições por qualquer motivo. É determinada pelo saldo dos valores e corrigidos pelo índice do plano contratado. **Provisão Complementar de Cobertura - PCC** constituída pela insuficiência nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos, conforme o valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com a regulamentação em vigor. **j. Encargos Trabalhistas** - constituídos pela provisão de férias e encargos sociais, calculados e reconhecidos mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos empregados; **k. Outros Débitos** - Provisões Judiciais e Administrativas - Contingências Passivas, de acordo com os critérios definidos no CPC 25, reconhecidas quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Na determinação do reconhecimento da provisão são considerados a avaliação dos Assessores Jurídicos e os aspectos relacionados à natureza das ações judiciais e administrativas (Nota 21); **l. Outros Ativos e Passivos** - os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajuste a valor justo; **m. Estimativas Contábeis** - As áreas que requerem maior nível de julgamento, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 21 (Outros Débitos); **n. Isenções Tributárias**: A Entidade é considerada isenta, não tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social, por ser sem fins lucrativos. **4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS (Nota 3b.) - a) Composição** - A Entidade classifica seus Títulos e Valores Mobiliários nas categorias Títulos Disponíveis para Venda e Mantidos até o Vencimento, ficando os mesmos classificados e ajustados nos níveis de hierarquia 1 e 2.

Mês de referência 12/2018					
Composição	**Vencimento**	**Valor Custo Atualizado**	**Valor Contábil/ Valor justo**	**% Aplicado**	**Taxa de Juros Contratada**
Nível 1					
Títulos Disponíveis para Venda		**7.096.744,63**	**7.096.744,63**	**59,07**	
Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos	-	7.096.744,63	7.096.744,63	59,07	-
Nível 2					
Títulos Disponíveis para Venda		**2.657.026,91**	**2.657.026,91**	**22,12**	
Títulos Privados - Renda Fixa	Até 180 dias	415.855,30	415.855,30	3,46	109,00%
Títulos Privados - Renda Fixa	De 181 até 365 dias	826.444,30	826.444,30	6,88	105,74%
Títulos Privados - Renda Fixa	Superior a 365 dias	1.399.067,89	1.399.067,89	11,65	112,27%
Outras Aplicações - Poupança	-	15.659,42	15.659,42	0,13	-
Títulos Mantidos até o Vencimento		**2.260.036,13**	**2.260.087,37**	**18,81**	
Títulos Privados - Renda Fixa	Até 180 dias	624.561,55	624.561,55	5,20	112,00%
Títulos Privados - Renda Fixa	Superior a 365 dias	1.635.474,58	1.635.525,82	13,61	119,53%
Total Aplicações Financeiras		**12.013.807,67**	**12.013.858,91**	**100,00**	

Mês de referência 12/2017					
Composição	**Vencimento**	**Valor Custo Atualizado**	**Valor Contábil/Valor justo**	**% Aplicado**	**Taxa de Juros Contratada**
Nível 1					
Títulos Disponíveis para Venda		**7.891.264,49**	**7.891.264,49**	**63,55**	
Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos	-	7.891.264,49	7.891.264,49	63,55	-
Nível 2					
Títulos Disponíveis para Venda		**2.398.108,44**	**2.397.861,37**	**19,32**	
Títulos Privados - Renda Fixa	De 181 até 365 dias	1.184.048,84	1.184.048,84	9,54	108,84%
Títulos Privados - Renda Fixa	Superior a 365 dias	1.199.291,03	1.199.043,96	9,66	103,59%
Outras Aplicações - Poupança	-	14.768,57	14.768,57	0,12	-
Títulos Mantidos até o Vencimento		**2.128.772,38**	**2.128.772,38**	**17,14**	
Títulos Privados - Renda Fixa	Até 180 dias	1.168.892,96	1.168.892,96	9,41	108,82%
Títulos Privados - Renda Fixa	De 181 até 365 dias	165.917,31	165.917,31	1,34	103,00%
Títulos Privados - Renda Fixa	Superior a 365 dias	793.962,11	793.962,11	6,39	113,93%
Total Aplicações Financeiras		**12.418.145,31**	**12.417.898,24**	**100,00**	

Hierarquia do valor justo: A tabela acima apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos idênticos. **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **b) Movimentação das Aplicações** - demonstrado no quadro abaixo:

Movimentação	Saldo em 31.12.2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a Valor Justo	Saldo em 31.12.2018
Quotas de Fundos de Investimentos	**7.891.264,49**	**3.133.781,64**	**(4.372.870,91)**	**444.569,41**	-	**7.096.744,63**
Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos	7.891.264,49	3.133.781,64	(4.372.870,91)	444.569,41	-	7.096.744,63
Títulos de Renda Fixa Privados	**4.526.633,75**	**4.437.396,33**	**(4.351.054,72)**	**303.840,61**	**298,31**	**4.917.114,28**
Certificados de Depósitos Bancários	4.139.688,56	2.451.884,77	(3.545.334,61)	247.455,74	247,07	3.293.941,53
Recibos de Depósitos Bancários	211.461,01	300.000,00	-	22.592,04	51,24	534.104,29
Letra Financeira	160.715,61	-	-	10.749,64	-	171.465,25
Letras de Câmbio	-	1.662.332,26	(782.332,26)	21.943,79	-	901.943,79
Poupança	14.768,57	23.179,30	(23.387,85)	1.099,40	-	15.659,42
Total	**12.417.898,24**	**7.571.177,97**	**(8.723.925,63)**	**748.410,02**	**298,31**	**12.013.858,91**

Movimentação	Saldo em 31.12.2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a Valor Justo	Saldo em 31.12.2017
Quotas de Fundos de Investimentos	**6.321.382,21**	**910.000,00**	-	**659.882,28**	-	**7.891.264,49**
Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos	6.321.382,21	910.000,00	-	659.882,28	-	7.891.264,49
Títulos de Renda Fixa Privados	**5.049.980,72**	**5.342.071,26**	**(6.413.771,97)**	**549.577,45**	**(1.223,71)**	**4.526.633,75**
Certificados de Depósitos Bancários	5.036.159,11	4.992.071,26	(6.413.771,97)	526.453,87	(1.223,71)	4.139.688,56
Recibos de Depósitos Bancários	-	200.000,00	-	11.461,01	-	211.461,01
Letra Financeira	-	150.000,00	-	10.715,61	-	160.715,61
Poupança	13.821,61	-	-	946,96	-	14.768,57
Total	**11.371.362,93**	**6.252.071,26**	**(6.413.771,97)**	**1.209.459,73**	**(1.223,71)**	**12.417.898,24**

5. TÁBUA, TAXAS DE CARREGAMENTO E DE JUROS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Plano	Processo SUSEP	Tábua Biométrica	Carregamento	Taxa de Juros
Pecúlio Vitalício RS	15414.003490/2011-72	CSO 1958	30%	0%
Pensão Prazo Certo RCC	10.004705/99-81	CSO 1958	30%	6%

6. PERCENTUAIS DE CUSTO DE AQUISIÇÃO E SINISTRALIDADE DOS PRINCIPAIS RAMOS

Custos de Aquisição	31.12.2018 Valor	Percentual	31.12.2017 Valor	Percentual
Corretagem/Agenciamento	261.350,68	57,28	197.589,35	53,91
Custeamento de Vendas	194.936,02	42,72	168.907,45	46,09
Total	**456.286,70**	**100,00**	**366.496,80**	**100,00**

Sinistralidade	31.12.2018 Benefícios Ocorridos	Percentual	31.12.2017 Benefícios Ocorridos	Percentual
Planos de Pecúlio	105	52,24	81	52,60
Planos de Renda	96	47,76	73	47,40
Total	**201**	**100,00**	**154**	**100,00**

7. TESTE DE ADEQUAÇÃO DO PASSIVO (TAP) - Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015, foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo – TAP utilizando premissas atuariais atuais e métodos estatísticos para fluxos de caixa futuros dos contratos de previdência, segregados em duas partes: Fase de contribuição e fase de pagamento de benefícios, separados por regime financeiro e cobertura, que resultou, no quadro sugerido pela Superintendência de Seguros Privados a necessidade de aporte de R$ 407.236,03 constituído na Provisão Complementar de Cobertura – PCC. **8. GESTÃO DE RISCO -** a) **Estrutura de Gerenciamento de Risco:** O Conselho Deliberativo tem a responsabilidade máxima para o estabelecimento da estrutura de gerenciamento de risco, atribuindo à Diretoria Executiva e Comitê de Riscos a função de desenvolver e acompanhar as políticas pertinentes. Cabe ao Gestor de Risco monitorar os riscos e à Auditoria Interna supervisionar a adequação dos procedimentos da Administração e os resultados alcançados. As políticas de risco são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. Os procedimentos buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle nos quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Não há um sistema específico para o gerenciamento de risco, mas a Entidade utiliza informações obtidas através de ferramentas dos sistemas Alterdata e Star. b) **Gestão do Risco de Liquidez, de Mercado, de Crédito e de Subscrição:** **Risco de liquidez** - risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar as obrigações correntes num determinado momento, sob condições normais ou de estresse. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos, relativo aos seus passivos, e dos recebimentos gerados pelas operações e carteira de ativos financeiros. A Entidade possui recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez. **Análise de Vencimentos de Ativos Financeiros,** fluxo de caixa descontado (Nota de Risco de Crédito), e, de **Passivos Financeiros,** fluxos de caixa contratuais não descontados, que demonstram excesso de liquidez para os períodos.

Passivos Financeiros	1 a 90 Dias	91 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	31.12.2018
Contas a Pagar	863.004,81	-	-	863.004,81
Débito de Operações com Previdência Complementar	18.670,48	-	-	18.670,48
Depósitos de Terceiros	807.665,19	130.781,28	46.240,18	984.686,65
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	546.322,54	1.592.856,32	6.761.218,92	8.900.397,78
Outros Débitos	-	-	5.608.191,40	5.608.191,40
Total dos Passivos Financeiros	**2.235.663,02**	**1.723.637,60**	**12.415.650,50**	**16.374.951,12**

Passivos Financeiros	1 a 90 Dias	91 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	31.12.2017
Contas a Pagar	522.566,78	-	-	522.566,78
Débito de Operações com Previdência Complementar	14.916,03	-	-	14.916,03
Depósitos de Terceiros	340.438,52	328.505,09	45.219,59	714.163,20
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	2.102.751,06	1.305.348,51	6.137.238,44	9.545.338,01
Outros Débitos	-	-	5.478.445,18	5.478.445,18
Total dos Passivos Financeiros	**2.980.672,39**	**1.633.853,60**	**11.660.903,21**	**16.275.429,20**

Risco de mercado – risco de perda nos preços de ativos financeiros decorrente de alterações nas taxas de juros e inflação. A Administração monitora as taxas de juros de mercado e inflação a fim de avaliar a eventual necessidade de novas ações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas e se resguardar das limitações dos métodos de controles das exposições ao risco de mercado. A Entidade elabora análise de sensibilidade que reflete interdependências entre riscos variáveis para administrar riscos financeiros. O VaR é calculado a 99% de confiança, para um dia, no modelo de simulação histórica. **Análise de Sensibilidade:** o Teste de Sensibilidade foi realizado levando em consideração um aumento ou um decréscimo de 1,5% da taxa de juros de mercado e o aumento de 2% na taxa de mortalidade da carteira da entidade. **Risco de crédito** - risco de a Entidade

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros da Entidade distribuídos por rating de crédito.

Composição da carteira por categoria contábil	RATINGS ESCALA BRASIL A	BB-	BB	BB+	BBB-	BBB	BBB+	Sem Rating	Saldo Contábil
Em 31.12.2018									
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Vencimento	-	-	-	-	-	-	-	1.250.133,20	**1.250.133,20**
Ativos pós-fixados									
Privados - Sem Vencimento	-	-	-	-	-	-	-	15.659,42	**15.659,42**
Privados até 365 dias	415.855,30	171.465,25	-	-	-	-	1.279.540,60	-	**1.866.861,15**
Privados acima de 365 dias	358.115,27	-	-	217.017,14	232.154,44	216.390,14	604.599,07	1.406,317,65	**3.034.593,71**
Fundo de Investimento – Títulos Públicos	-	-	7.096.744,63	-	-	-	-	-	**7.096.744,63**
Assistência Financeira até 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	4.620.213,15	**4.620.213,15**
Assistência Financeira acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	6.715.520,37	**6.715.520,37**
Recebíveis até 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	2.439.857,98	**2.439.857,98**
Recebíveis acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	3.086.704,27	**3.086.704,27**
Exposição máxima ao risco de crédito	**773.970,57**	**171.465,25**	**7.096,744,63**	**217.017,14**	**232.154,44**	**216.390,14**	**1.884.139,67**	**19.534.406,04**	**30.126.287,88**

Composição da carteira por categoria contábil	RATINGS ESCALA BRASIL A-	AA-	A+	BB	BB+	BBB	BBB+	Sem Rating	Saldo Contábil
Em 31.12.2017									
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Vencimento	-	-	-	-	-	-	-	347.003,67	**347.003,67**
Ativos pós-fixados									
Privados - Sem Vencimento	-	-	-	-	-	-	-	14.768,57	**14.768,57**
Privados até 365 dias	165.917,31	748.343,32	420.549,64	-	-	1.184.048,84	-	-	**2.518.859,11**
Privados acima de 365 dias	160.715,61	-	-	-	105.891,04	1.005.296,44	721.102,98	-	**1.993.006,07**
Fundo de Investimento – Títulos Públicos	-	-	-	7.891.264,49	-	-	-	-	**7.891.264,49**
Assistência Financeira até 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	3.991.886,94	**3.991.886,94**
Assistência Financeira acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	6.815.790,82	**6.815.790,82**
Recebíveis até 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	1.806.341,92	**1.806.341,92**
Recebíveis acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	2.794.213,97	**2.794.213,97**
Exposição máxima ao risco de crédito	**326.632,92**	**748.343,32**	**420.549,64**	**7.891.264,49**	**105.891,04**	**2.189.345,28**	**721.102,98**	**15.770.005,89**	**28.173.135,56**

Risco de subscrição – possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da entidade, direta ou indiretamente, às bases técnicas, atuariais e cálculo de contribuições. Na avaliação para aceitação são calculadas as perdas nominais esperadas, o dano máximo provável e a perda máxima possível. As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas aprovadas pela Susep e são realizados testes de consistência.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - VALORES A RECEBER (Nota 3c./ 3h.-1)

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Consignação de Órgãos Averbadores	261.201,36	246.975,78
Contribuições Riscos Vigentes não Recebidos	1.384.595,19	1.157.746,91
Outros Créditos	88.480,64	9.816,99
(-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3-h.1)	(991.397,11)	(778.822,26)
Total	**742.880,08**	**635.717,42**

10.TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER (Nota 3d./3h.-2)

Composição em:	31.12.2018	31.12.2017
Aluguéis a Receber	52.302,25	56.053,62
Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	1.856.582,43	1.024.260,23
(-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3-h.2)	(270.772,05)	(214.598,49)
Ativo Circulante	**1.638.112,63**	**865.715,36**
Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	2.425.010,65	2.396.704,42
Ativo Não Circulante	**2.425.010,65**	**2.396.704,42**

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos Judiciais - Benefícios	239.709,20	-
Depósitos Judiciais - Cíveis	134.225,11	88.854,21
Outros Depósitos – Processos SUSEP	12.642,32	27.415,59
Outros Depósitos – Processos Administrativos	14.054,64	10.920,92
Total	**400.631,27**	**127.190,72**

12. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES (Nota 3d.-2/3h.-3)

Composição em:	31.12.2018	31.12.2017
Assistência Financeira	7.982.919,24	6.957.571,05
(-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3h.3)	(3.362.706,09)	(2.965.684,11)
Ativo Circulante	**4.620.213,15**	**3.991.886,94**
Assistência Financeira	6.715.520,37	6.815.790,82
Ativo Não Circulante	**6.715.520,37**	**6.815.790,82**

13. OUTROS CRÉDITOS

Composição em:	31.12.2018	31.12.2017
Adiantamentos a Funcionários	3.734,12	5.165,88
Adiantamentos Administrativos	22.339,00	22.640,01
Saldos Bancários Bloqueados Por Decisão Judicial	-	272.592,10
Créditos Diversos	32.620,70	4.271,60
Ativo Circulante	**58.693,82**	**304.669,59**
Outros Créditos – Luiz A. M. Ferreira	99.201,23	99.201,23
Outros Créditos – Antecipação parcelas de Assistência Financeira	125.842,65	135.099,13
Ativo Não Circulante	**225.043,88**	**234.300,36**

14. BENS À VENDA - Composto por Terrenos mantidos para venda a curto prazo, no valor total de R$12.476.605,09, acrescidos dos custos atribuíveis aos imóveis no valor de R$1.651.616,35, totalizando R$ 14.128.221,44 (R$16.100.952,80 em 31.12.2017).

15. INVESTIMENTOS (Nota 3e.)

	31.12.2018				31.12.2017			
Composição em:	Custo	Avaliação ao Valor Justo	Variação Valor Justo	Total	Custo	Avaliação ao Valor Justo	Variação Valor Justo	Total
- Terrenos e Edificações	760.968,36	2.337.576,88	126.000,00	3.224.545,24	53.545,24	-	-	53.545,24

A avaliação ao valor justo não foi computada no resultado do exercício, sendo reconhecida como Ajuste de Avaliação Patrimonial – Patrimônio Social.

16. IMOBILIZADO (Nota 3f.)

	31.12.2018			31.12.2017		
Composição em:	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
- Imóveis	1.300.446,24	152.465,74	1.147.980,50	1.300.446,24	128.760,46	1.171.685,78
- Equipamentos	438.320,40	400.513,04	37.807,36	445.553,52	395.564,97	49.988,55
- Móveis, Máquinas e Utensílios	435.822,22	404.149,15	31.673,07	436.540,78	388.093,35	48.447,43
- Veículos	108.000,00	108.000,00	-	108.000,00	108.000,00	-
Total	**2.282.588,86**	**1.065.127,93**	**1.217.460,93**	**2.290.540,54**	**1.020.418,78**	**1.270.121,76**

17.INTANGÍVEL (Nota 3g.)

	31.12.2018			31.12.2017		
Composição em:	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
- Desenvolvimento de Software	2.579.411,66	1.893.949,13	685.462,53	2.322.394,99	1.568.199,09	754.195,90
- Sistemas Aplicativos e Licenças de Uso	98.319,00	98.319,00	-	98.319,00	98.319,00	-
Total	**2.677.730,66**	**1.992.268,13**	**685.462,53**	**2.420.713,99**	**1.666.518,09**	**754.195,90**

18. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Composição em:	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores	15.716,06	22.987,45
Pagamentos a Efetuar	620.252,91	288.427,60
Outras Obrigações a Pagar	9.351,44	-
Total	**645.320,41**	**311.415,05**

19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS - Representada por contribuições de previdência, caução de aluguel de imóvel, parcelas de assistência financeira e venda de terrenos.

Tempo de Permanência	Prêmios Antecipados 31.12.2018	31.12.2017	Valores a Reclassificar 31.12.2018	31.12.2017	Outros Depósitos 31.12.2018	31.12.2017
De 1 a 30 dias	2.470,00	2.484,05	175.485,08	65.124,33	574.590,43	106.084,46
De 31 a 60 dias	5.530,00	1.405,46	43.633,68	12.922,41	-	-
De 61 a 90 dias	5.956,00	1.405,46	-	151.012,35	-	-
De 91 a 120 dias	5.366,00	1.403,46	21.761,45	74.434,78	-	-
De 121 a 180 dias	8.710,00	1.399,51	27.163,05	84.834,87	-	-
De 181 a 365 dias	26.625,19	9.461,82	41.155,59	156.970,65	-	-
Acima de 365 dias	30.240,18	29.219,59	-	-	16.000,00	16.000,00
Total	**84.897,37**	**46.779,35**	**309.198,85**	**545.299,39**	**590.590,43**	**122.084,46**

20. PROVISÕES TÉCNICAS (Nota 3i.) - a) Movimentação dos saldos das Provisões Técnicas:

	31.12.2017	(+/-) Atualização Monetária	Constituição	Reversão	31.12.2018
Planos Bloqueados	**674.687,25**	**3.326,86**	**197.725,85**	**232.694,49**	**643.045,47**
Matemática de Benefícios Concedidos	494.150,74	6,50	57.594,55	71.969,74	479.782,05
Sinistros a Liquidar	24.282,47	3.320,36	57.594,55	80.331,51	4.865,87
Complementar de Cobertura	150.121,69	-	82.377,82	78.129,55	154.369,96
Despesas Relacionadas	6.132,35	-	158,93	2.263,69	4.027,59
Planos Não Bloqueados	**8.870.650,76**	**509.080,74**	**3.209.670,47**	**4.332.049,66**	**8.257.352,31**
Matemática de Benefícios a Conceder	1.737.725,72	95.740,20	55.688,86	575.166,60	1.313.988,18
Complementar de Cobertura	645.391,52	-	508.880,61	105.892,85	1.048.379,28
Provisão de Prêmios Não Ganhos	138.386,45	-	101.991,24	49.191,73	191.185,96
Riscos Vigentes e não Emitidos	7.963,32	-	-	7.961,07	2,25
Matemática de Benefícios Concedidos	3.033.273,28	268.964,03	1.417.627,88	988.393,12	3.731.472,07
Sinistros a Liquidar	539.786,14	44.859,61	904.991,81	828.496,53	661.141,03
Sinistros Ocorridos e não Avisados	181.979,94	-	92.212,03	66.090,51	208.101,46
Despesas Relacionadas	483.393,33	-	102.408,59	29.042,57	556.759,35
Resgates e Outros Valores a Regularizar	2.102.751,06	99.516,90	25.869,45	1.681.814,68	546.322,73
Total Provisões Técnicas	**9.545.338,01**	**512.407,60**	**3.407.396,32**	**4.564.744,15**	**8.900.397,78**

b) Cobertura das Provisões Técnicas - Suficiência:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Provisões Técnicas – Total a ser coberto	**8.900.397,78**	**9.545.338,01**
Ativos Garantidores Aceitos		
Títulos de Renda Fixa Privados	4.450.198,89	4.511.865,18
Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos	6.896.475,90	7.891.264,49
Total de Ativos Garantidores Aceitos	**11.346.674,79**	**12.403.129,67**
Suficiência de Ativos Garantidores Aceitos	**2.446.277,01**	**2.857.791,66**

21. OUTROS DÉBITOS (Nota 3k.) - a) Provisões Fiscais - Em razão de ações fiscais, por parte da Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, requerendo as supostas bases de cálculo da contribuição dos exercícios de 2003/2004 e 2005/2006 e o não reconhecimento de direitos creditórios pleiteados por meio de PER/DCOMP. Há, ainda, provisões de execução fiscal relativas à cobrança de IPTU.

Probabilidade de Perda	Ação Fiscal no Âmbito Administrativo 31.12.2018 Qt.	Reclamado	Provisão	31.12.2017 Qt.	Reclamado	Provisão
Provável	04	2.610.457,38	5.175.581,18	04	2.610.457,38	5.031.382,02
Possível	03	96.306,44	-	-	-	-
Total	**07**	**2.706.763,82**	**5.175.581,18**	**04**	**2.610.457,38**	**5.031.382,02**

b) **Provisões Trabalhistas** – demonstramos, a seguir, as contingências relacionadas a processos em que se discutem direitos trabalhistas:

Probabilidade de Perda	Processos Trabalhistas 31.12.2018 Qt.	Reclamado	Provisão	31.12.2017 Qt.	Reclamado	Provisão
Possível	**01**	**382.000,00**	**-**	**01**	**382.000,00**	**-**

c) Provisões Cíveis - Há valores provisionados para as ações relacionadas a Benefícios, à exceção dos relativos a honorários advocatícios de sucumbência, contabilizados na Provisão de Sinistros a Liquidar, no Passivo Circulante. Os honorários advocatícios de sucumbência vinculados a benefícios foram contabilizados em separado, na Provisão de Despesas Relacionadas – Outras Provisões, no Passivo Não Circulante. Assim como, os danos morais foram contabilizados em Outras Provisões. Os valores provisionados das demais ações cíveis foram contabilizados em Provisões Cíveis, no Passivo Não Circulante.

Probabilidade de Perda	Ações Judiciais relacionadas a Benefícios 31.12.2018 Qt.	Reclamado	Provisão	Honorários	Danos Morais	31.12.2017 Qt.	Reclamado	Provisão	Honorários	Danos Morais
Provável	18	345.158,97	263.209,16	31.085,30	-	22	7.865.983,42	409.795,19	24.099,04	20.846,82
Possível	1	56.428,64	1.600,00	-	-	-	-	-	-	-
Total	**19**	**401.587,61**	**264.809,16**	**31.085,30**	**-**	**22**	**7.865.983,42**	**409.795,19**	**24.099,04**	**20.846,82**

Probabilidade de Perda	Ações Judiciais não relacionadas a Benefícios 31.12.2018 Qt.	Reclamado	Provisão	Honorários	Danos Morais	31.12.2017 Qt.	Reclamado	Provisão	Honorários	Danos Morais
Provável	**23**	**1.027.363,25**	**105.025,10**	**8.391,92**	**9.093,18**	**25**	**1.036.401,85**	**114.143,73**	**7.801,10**	**2.000,00**

d) Outras Provisões - Processos Administrativos em trâmite junto ao Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – CRSNSP, tomando por base o valor total das penalidades de multas pecuniárias aplicadas pela SUSEP.

Probabilidade de Perda	Processos Administrativos SUSEP 31.12.2018 Qt.	Reclamado	Provisão	31.12.2017 Qt.	Reclamado	Provisão
Provável	**12**	**288.000,00**	**310.100,02**	**13**	**305.000,00**	**392.271,51**

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ DO ATIVO

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio Líquido	**33.036.739,42**	**30.108.229,01**
Ajustes Contábeis:		
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	**29.712,52**	31.706,95
(-) Intangíveis	**685.462,53**	754.195,90
(-) Imóveis Urbanos/Direitos de Vendas superior 14% do Ativo Total Ajustado	**1.365.585,59**	-
(=) Patrimônio Líquido Ajustado – PLA (subtotal)	**30.955.978,78**	**29.322.326,16**
Ajustes Associados às Variações dos Valores Econômicos:		
(+) Diferença entre valor mercado e dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	**51,24**	-
(+) Superávit de fluxos de contribuições não registrados apurados no TAP	**4.861.315,72**	3.827.891,84
(+) Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista de contribuições registradas utilizado no cálculo da PCC	**807.495,35**	614.909,51
(=) Patrimônio Líquido Ajustado – PLA (total)	**36.624.841,09**	**33.765.127,51**
Capital Base	**-**	**-**
Capital de Risco Total - CR:	**8.003.302,77**	**7.193.220,94**
Capital de Risco baseado no Risco de Subscrição - CRsubs	**528.195,90**	466.805,61
Capital de Risco baseado no Risco de Crédito - CRcred	**2.017.093,83**	2.479.424,08
Capital de Risco baseado no Risco Operacional - CRoper	**7.889,22**	7.636,27
Capital de Risco baseado no Risco de Mercado – CRmerc	**7.039.514,00**	5.945.679,00
Redução de Correlação de Riscos	**(1.589.390,18)**	(1.706.324.02)
Capital Mínimo Requerido - CMR	**8.003.302,77**	**7.193.220,94**
Suficiência de Capital (PLA total - CMR)	**28.621.538,32**	**26.571.906,57**
Ativos Líquidos em excesso à Cobertura Provisões Técnicas	**2.446.277,01**	**2.857.791,66**
Liquidez em relação ao CR (Ativos líquidos/CR)	**77,86%**	**84,92%**

Obs.: O capital base para as EAPC sem fins lucrativos será igual a zero e o capital mínimo requerido equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (Resolução CNSP 321/2015).

23. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – DETALHAMENTO	31.12.2018	31.12.2017
BENEFÍCIOS RETIDOS	**(981.581,63)**	**(523.391,46)**
Administrativos	(950.165,38)	(487.485,49)
Judiciais	(31.416,25)	(35.905,97)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	**(456.286,70)**	**(366.496,80)**
Corretagem/Agenciamento – Planos de Pecúlio	(261.350,68)	(197.589,35)
Custeamento de Vendas	(148.461,89)	(162.126,56)
Outros Custos de Aquisição	(46.474,13)	(6.780,89)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	**201.549,51**	**553.791,77**
Receitas com Redução/Baixa de Provisões de Contingências Passivas	54.069,72	435.619,32
Outras Receitas Operacionais	147.479,79	118.172,45
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	**(400.690,81)**	**(735.391,30)**
Redução ao Valor Recuperável para Recebíveis	(250.491,92)	(307.924,05)
Despesas com Provisões	(22.125,31)	(110.000,00)
Outras Despesas Operacionais	(128.073,58)	(317.467,25)
SINISTROS OCORRIDOS	**(434.995,37)**	**(194.430,62)**
Administrativos	(357.088,13)	(212.382,22)
Judiciais	(51.785,72)	(47.983,16)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	(26.121,52)	65.934,76
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.243.370,71)	(2.980.984,70)
Pessoal Próprio	(1.402.261,63)	(1.401.642,34)
Serviços de Terceiros	(756.056,69)	(578.369,86)
Localização e Funcionamento	(368.159,70)	(402.352,90)
Depreciação e Amortização	(381.559,82)	(411.906,59)
Despesas com Publicidade e Propaganda	(17.340,00)	(13.550,02)
Despesas com Publicações	(14.176,88)	(20.045,09)
Despesas com Donativos e Contribuições	(35.240,04)	(27.222,00)
Outras Despesas Administrativas	(268.575,95)	(125.895,90)
DESPESAS COM TRIBUTOS	**(587.000,27)**	**(459.748,22)**
COFINS	(394.141,03)	(306.945,91)
PIS	(64.047,93)	(49.878,70)
Taxa de Fiscalização	(104.382,12)	(76.887,04)
Outros Tributos	(24.429,19)	(26.036,57)
RECEITAS FINANCEIRAS	**6.946.858,13**	**6.998.562,44**
Títulos de Renda Fixa Privados	341.776,86	595.463,23
Assistência Financeira	5.566.810,74	4.545.696,24
Fundos de Investimentos	444.569,41	659.882,28
Receitas Financeiras com Créditos Recebidos	582.080,15	1.052.800,85
Atualização de Provisões Técnicas – Planos Não Bloqueados	-	140.996,69
Outras Receitas Financeiras	11.620,97	3.723,15
DESPESAS FINANCEIRAS	**(4.758.357,83)**	**(2.818.068,00)**
Atualização de Provisões Técnicas - Planos Bloqueados	(3.326,86)	(976,64)
Atualização de Provisões Técnicas - Planos não Bloqueados	(509.080,74)	(5.427,24)
Assistência Financeira	(3.471.946,90)	(239.283,44)
Outras Despesas com Encargos Financeiros e Atualização Monetária	(773.024,80)	(2.321.888,39)
Outras Despesas Financeiras	(978,53)	(241.150,00)

24. FATO RELEVANTE - A Entidade obteve sucesso em ação de anulação de promessas de compra e venda de imóveis, resultando nos seguintes reflexos: reintegrações dos imóveis – R$ 707.423,12, ganho na avaliação ao valor justo – R$ 2.337.576,88, registrado diretamente no Patrimônio Social (Nota 15), estornos de ganhos de capital – R$ 482.576,88, estorno de receitas financeiras obtidas nos parcelamentos das comercializações – R$ 324.762,79, restituições à Ré dos valores recebidos – R$ 1.190.000,00, e, gastos com atualizações dos valores recebidos até a restituição – R$ 583.891,06 (Nota 23).

DIRETORIA EXECUTIVA
Amando Aparecido Ramos – Diretor Presidente
Heracles Soares de Almeida – Diretor Vice-Presidente
Wanderleia Gomes da Silva Moreira – Diretora Executiva

CONTROLADORIA
Rodelf Roner Oliveira Vieira - Controller

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO
Marcus Vinicius Stilben Medeiros
MIBA Nº 912

GERENTE CONTÁBIL
Renata Lima Maciel Villela Pedras - Contador - CRC/RJ Nº 091943/O-6

PARECER ATUARIAL

Em conformidade com as disposições da Resolução SUSEP 321/2015 e demais disposições Legais, realizamos a Auditoria Atuarial da VIVER PREVIDÊNCIA, na data-base de 31/12/2018. Registramos que foram observadas ainda as orientações por parte da SUSEP, a qual expediu ao Mercado Supervisionado, orientações e sugestões sobre a produção de informações. Foram adotados nas verificações e cálculos, os procedimentos e técnicas atuariais usuais e normalmente aceitas, bem como padrões de razoabilidade no que se refere às premissas de cálculo, todos em conformidade com a legislação em vigor e com os regulamentos e Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados. Isto posto, É NOSSO PARECER O QUE SE SEGUE. A VIVER PREVIDÊNCIA é uma Entidade de Previdência Complementar, autorizada a operar planos de previdência complementar, com patrimônio líquido integralizado suficiente e compatível com tal operação. A auditoria atuarial teve como base os dados cadastrais e informações fornecidas pela Entidade que, após análise de consistência, consideramos adequados para fins desta Auditoria. Cabe registrar que os dados recebidos e analisados são os mesmos encaminhados ao órgão fiscalizador em meio eletrônico. Após análise dos dados e comportamento dos planos da Entidade, o recálculo e exame das provisões técnicas, realizado na auditoria atuarial, conduziram a valores compatíveis aos existentes e registrados pela Entidade, no balanço patrimonial, em 31/12/2018. Com finalidade da produção de informações em padrões internacionais (IFRS4) pelo Mercado de Seguros e Previdência, a Superintendência de Seguros Privados/SUSEP estabeleceu procedimento para Teste de Adequação de Passivo- TAP, de forma a avaliar as provisões técnicas em relação aos dados mais atualizados, utilizando o critério de Estimativas Correntes ou Passivo Realista. Realizados pelo atuário técnico responsável os testes demonstraram a necessidade de constituição de provisão o que era de esperado considerando que a TAP utiliza experiência de longevidade maior frente ao utilizado no plano e por consequência a necessidade de provisões superiores. Em nossa análise, o Teste de Adequação de Passivo apresentada pela Entidade encontra-se dentro das normas e preceitos técnicos atuariais condizente com as normas para sua produção. As demais provisões e reservas são mensalmente constituídas/revertidas e estão em conformidade com a legislação e com preceitos matemáticos e atuariais, não apresentando desvios significativos. Cumpre-nos observar finalmente que, em virtude do escopo da auditoria atuarial, não foram contemplados os impactos de eventuais ações judiciais que existam, venham a existir ou que possam vir a ser ajuizadas contra a Entidade.Sendo esse nosso parecer. Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2019. Soares Neto Atuária e Sistemas- CIBA 160- CNPJ 13.697.598/0001-61. Marcílio Nascimento Soares,MIBA 1656 – Atuário.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da **VIVER PREVIDÊNCIA**
Belo Horizonte - MG. **1. Opinião -** Examinamos as demonstrações contábeis da VIVER PREVIDÊNCIA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIVER PREVIDÊNCIA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – Susep. **2. Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião. **3. Ênfase -** Consoante disposto na nota 21, a Entidade responde por processos fiscais, administrativos, cíveis e trabalhistas e sua Administração considera que os valores já provisionados são suficientes para cobrir possíveis perdas que possam advir dessas lides, entendimento que, todavia, somente poderá ser corroborado quando do desfecho dos processos. **4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor -** A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso. **5. Responsabilidades da Administração e da Governança -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **6. Responsabilidades do Auditor -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso: a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2019. **FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS -** Auditores Independentes - CRCMG – 757. **Nilton José Ribeiro -** Contador CRCMG – 43.491

Página 2 de 2